

## SEM ÁGUA, SEM RESPIRAR E SEM AULA: O IMPACTO DA SECA HISTÓRICA PARA ADESCOLAS DO CAMPO DA AMAZÔNIA UATUMÃENSE

NO WATER, NO BREATHING AND NO CLASSES: THE IMPACT OF THE HISTORIC DROUGHT ON SCHOOLS IN THE RURAL AMAZON OF UATUMÃENSE

Jozana Carneiro de Oliveira<sup>1</sup>  
Érica de Souza e Souza<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa o impacto da seca histórica para as escolas do campo da Amazônia Uatumaense. Trata-se de um estudo ancorado nos pressupostos teóricos-metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético sob a tríade universal, particular, singular, utilizando as categorias contradição, mediação e totalidade, contando com apoio da pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo desenvolvida ao longo dos tempos comunidades do curso de Especialização Educação do Campo práticas pedagógicas do Programa Escola da Terra da UFAM (2022-2023). Participaram da pesquisa três professoras que atuam em escola do campo de São Sebastião do Uatumã/AM, as quais realizamos entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que na Amazônia Uatumaense existem 19 escolas do campo, cuja organização é multisseriada unidocente, com classes multisseriadas e seriadas, e estão localizadas em territórios rurais/camponeses e que, com a seca extrema na região, essas escolas foram impactadas. Entre esses impactos estão, as dificuldades de acesso dos (as) estudantes e professores (as) as escolas, dificuldades da entrega da merenda escolar, impacto no processo de aprendizagem dos estudantes, no planejamento e no trabalho docente, além da paralisação das aulas presencias e antecipação da finalização do ano letivo de 2023. Concluímos que é necessário lutar contra as políticas públicas hegemônicas e propostas neoliberais que ainda não consideram a realidade geográfica, ambiental, territorial e a regionalidade amazônica, nas quais as escolas do campo estão inseridas.

3036

**Palavras-chaves:** Educação do Campo. Escolas do campo. Seca histórica. Amazônia.

**ABSTRACT:** This article analyzes the impact of the historic drought on rural schools in the Uatumaense Amazon. This is a study anchored in the theoretical-methodological assumptions of Historical-Dialectical Materialism under the universal, particular, singular triad, using the categories of contradiction, mediation, and totality, supported by bibliographical, documentary, and field research developed over time in the communities of the Specialization Course in Rural Education in Pedagogical Practices of the Escola da Terra Program at UFAM (2022-2023). Three teachers who work in a rural school in São Sebastião do Uatumã/AM participated in the research, with whom we conducted semi-structured interviews. The results indicate that in the Uatumaense Amazon there are 19 rural schools, whose organization is multi-grade, single-teacher, with multi-grade and serial classes, and are located in rural/peasant territories and that, with the extreme drought in the region, these schools were impacted. These impacts include difficulties in accessing schools for students and teachers, difficulties in delivering school meals, impact on students' learning processes, planning and teaching work, in addition to the suspension of in-person classes and the early end of the 2023 school year. We conclude that it is necessary to fight against hegemonic public policies and neoliberal proposals that still do not consider the geographic, environmental, territorial reality and the Amazon region, in which rural schools are inserted.

**Keywords:** Rural Education. Rural schools. Historic drought. Amazon.

<sup>1</sup>Licenciatura em Ciências Biológicas pelo PAFOR – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Amazonas – IFAM. Especialista em Educação do Campo ênfase em práticas pedagógicas do Programa Escola da Terra da UFAM. E-mail:

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Professora formadora do Programa Escola da Terra da FAGED/UFAM e Leducarr/UFRR.

**RESUMEN:** Este artículo analiza el impacto de la sequía histórica en las escuelas rurales de la Amazonía Uatumaense. Se trata de un estudio anclado en los presupuestos teórico-metodológicos del Materialismo Histórico-Dialéctico bajo la tríada universal, particular, singular, utilizando las categorías contradicción, mediación y totalidad, con el apoyo de investigaciones bibliográficas, documentales y de campo desarrolladas a lo largo del tiempo por las comunidades del curso de Especialización en Educación Rural y prácticas pedagógicas del Programa Escola da Terra de la UFAM (2022-2023). De la investigación participaron tres docentes que actúan en una escuela del interior de São Sebastião do Uatumã/AM, y se realizaron entrevistas semiestructuradas. Los resultados indican que en la Amazonía Uatumaense existen 19 escuelas rurales, cuya organización es multigrado uniescolar, con clases multigrado y graduadas, y están ubicadas en territorios rurales/campesinos y que, con la extrema sequía en la región, estas escuelas fueron impactadas. Entre estos impactos se encuentran, dificultades en el acceso a las escuelas para estudiantes y docentes, dificultades en la entrega de alimentación escolar, afectación en el proceso de aprendizaje, planificación y labor docente de los estudiantes, además de la interrupción de las clases presenciales y la anticipación del fin del año escolar 2023. Concluimos que es necesario luchar contra las políticas públicas hegemónicas y las propuestas neoliberales que aún no consideran la realidad geográfica, ambiental, territorial y regionalidad amazónica, en la que se encuentran las escuelas rurales. están insertados.

**Palabras clave:** Educación Rural. Escuelas rurales. Sequía histórica. Amazonas.

## INTRODUÇÃO

A estiagem de 2023 em todo Estado do Amazonas é considerada uma seca histórica agravada pelo fenômeno natural El Niño, e pelo avanço do capital na região que se materializa nos crimes ambientais de exploração de madeira, avanço do agronegócio, garimpo ilegal e queimadas intensas, provocando grandes nuvens de fumaça nos 62 municípios do estado, que desde agosto se encontram em emergência.

O impacto do avanço do capital na Amazônia coloca a região como um novo espaço de acumulação do capital. No contexto atual de crise estrutural deste sistema, o mesmo gera suas contradições, promove conflitos territoriais, genocídio dos povos indígenas, afeta as populações camponesas na sua diversidade e nega os direitos básicos, inclusive ao acesso à escola.

Na Amazônia Uatumaense, essas contradições estão todas postas, a seca histórica deste ano foi além do previsto, o transporte fluvial ficou comprometido, o abastecimento e escoações dos produtos agrícolas também; bem como o transporte escolar, o trabalho docente e o funcionamento das escolas do campo.

Por isso, este artigo intitulado “Sem água, sem respirar e sem aula: o impacto da seca histórica para as escolas do campo da Amazônia Uatumaense” encontra-se vinculado ao eixo articulador “Lutas e o Trabalho no campo”, do curso de especialização lato senso educação do

campo prática pedagógicas, pertencente ao Programa Escola da Terra no convênio UFAM/FNDE/MEC-SECADI, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC) e Secretaria municipal de educação de São Sebastião do Uatumã (SEMED/SSU), e objetiva analisar o impacto da seca histórica para as escolas do campo da Amazônia Uatumaense.

Os procedimentos metodológicos que adotamos para o desenvolvimento deste estudo corresponderam à pesquisa bibliográfica a partir dos escritos de autores como: Caldart (2012), Marx (2011, 2017), Bernardes e Molina (2004), Haje (2014), D'Agostini, Taffarel e Santos Júnior (2012), Arroyo, Caldart e Molina (2011), Nascimento, Souza e Borges (2022), Prata; Souza e Leite (2023), Borges e Souza (2021) dentre outros. Utilizamos ainda dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996) e pesquisa de campo desenvolvida ao longo dos tempos comunidades do curso de Especialização Educação do Campo práticas pedagógicas.

Os sujeitos da pesquisa são três professoras que atuam em escolas do campo do município de São Sebastião do Uatumã, as quais responderam às entrevistas semiestruturadas e posteriormente foram-lhes atribuídos nomes fictícios, cumprindo o protocolo ético em pesquisa.

Trata-se, portanto, de um estudo ancorado nos pressupostos teóricos- metodológicos do 3038  
Materialismo Histórico-Dialético sob a tríade universal, particular, singular, utilizando as categorias contradição, mediação e totalidade, tendo como ponto de partida e de chegada o objeto investigado, saindo da sua aparência para chegar à sua essência (Netto, 2011). Está última não mais como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Marx, 2011). Isso porque o materialismo procura apoio na ciência, visto que a ciência nos proporciona a sabedoria de que precisamos para ver o mundo como ele realmente é, também defende a superação da força do trabalho e das desigualdades sociais fixadas na sociedade capitalista (Pereira e Francioli, 2011).

Em síntese, organizamos o artigo em quatro tópicos: 1) abordamos a concepção de Educação do Campo no limiar do capital, destacando os desafios das escolas do campo para a construção de outro projeto societário; 2) apresentamos a Educação do Campo na Amazônia Uatumaense: contexto da pesquisa e organização das escolas do campo; 3) evidenciamos os impactos da seca para no trabalho docente e no acesso dos estudantes às escolas do campo.

## **A Educação do Campo no limiar do capital: desafios das escolas do campo para a construção de outro projeto societário**

A Educação do Campo é um fenômeno da realidade brasileira atual, nasce em oposição ao modelo de Educação Rural, como crítica à situação social vigente dos povos que vivem no/do campo, da luta pela terra e reforma agrária, por políticas públicas tendo nos Movimentos Sociais seus protagonistas, com destaque para atuação dos Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) (Borges e Souza, 2021).

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, essencialmente assinala e projeta para além dela mesma, enquanto consciência de mudança (Caladart, 2012). Os primeiros debates da Educação do Campo surgiram na década de 90 com a classe trabalhadora articulada em movimentos sociais e ampliaram-se por meio da realização de debates, seminários, conferências e na luta direta pela formulação de políticas pública nas suas tensões com o Estado frente às contradições permanentes do capital (Arroyo; Caldart; Molina, 2011; Marx, 2017).

A Educação do Campo vem se materializando na luta política da classe trabalhadora camponesa contra todas as formas de exploração do capitalismo fortemente representado pelo latifúndio e agronegócio, que concebe o campo como lugar de exploração e não como território de vida e da existência humana, um campo de reprodução e à expansão ao sistema do capital. Nesse sentido, o campo brasileiro é espaço de disputa de projetos políticos e de desenvolvimento do país, tendo a concepção do agronegócio como desenvolvimento hegemônico e, na contrapartida, a ação de movimentos de lutas sociais que reivindicam a reforma agrária (D'Agostini, 2012).

Entretanto, o campo que a Educação do Campo defende é mais que uma extensão ou perímetro geográfico, é um território de vida, de trabalho que compreendem a agricultura familiar camponesa como essencial para a melhoria da qualidade de vida dos (as) trabalhadores (as), um espaço de cultura, e potencialidade de geração de empregos, renda, de moradia, serviços. Nesse sentido, o campo na perspectiva da Educação do Campo é um espaço de vida, ou um tipo de espaço geográfico, onde se realizam todas as dimensões da existência humana, um espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos, como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos (Fernandes, 2006; Fernandes e Molina, 2004; Arroyo; Caldart e Molina, 2011).

Trata-se, portanto, de um território de formação com viés de emancipação humana, um

espaço em construção para superar as contradições do capital e suas relações de trabalho alienando e exploração de mão-de-obra e mais-valia.

O movimento efetivo dessa luta coleta, que traz em seu bojo um projeto societário de sociedade, de formação e emancipação humana, além de uma educação e escola revolucionária de caráter socialista que possibilite o desenvolvimento das potencialidades de homens, mulheres, crianças e jovens. Assim, os trabalhadores do campo em suas lutas estão construindo um projeto educacional próprio, o qual está inserido em um projeto sociopolítico mais abrangente (Borges e Duarte, 2011, p. 198).

Partindo desse pressuposto, a Educação do campo é um projeto de desenvolvimento que nada tem a ver com a lógica do capital, que só destrói as forças produtivas do homem e esgota as riquezas da natureza para se manter enquanto sistema econômico dominante (Marx, 2017). Constitui-se, assim, uma concepção de educação para além do capital, devendo, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. (Mészáros, 2008).

Nessa inteira de pensamento, esse projeto revolucionário da Educação do Campo que visa à mudança qualitativa da estrutura da sociedade capitalista, necessita de uma escola do campo que leve em consideração a realidade camponesa, para que os camponeses num projeto histórico possam ser lutadores e construtores dos seus futuros e destinos (Pistrack, 2009).

3040

Assim, a escola do campo que a classe trabalhadora camponesa luta é aquela que permite uma formação humana, para além das necessidades formativas do capital, que articule o trabalho socialmente necessário com as possibilidades do trabalho na escola, ou seja, é aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores (as) do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. Para possibilitar a construção de práticas educativas, que fortaleçam os camponeses para as lutas principais no bojo da constituição histórica dos movimentos de resistência à expansão capitalista em seus territórios (Fernandes, Cerioli, Caldart, 2011; Molina e Sá 2012).

Assim, potencializar as lutas sociais em defesa da Educação e da escola do campo é avançar na luta contra o Capital, na direção de uma escola mais próxima dos desafios de construção da sociedade dos trabalhadores (Caldart, 2012). E isso exige a compreensão do movimento real do momento histórico e das contradições que estamos enfrentando.

## Educação do Campo na Amazônia Uatumaense: contexto da pesquisa e organização das escolas do campo

Na região amazônica, mas precisamente na Amazônia Uatumaense a Educação do Campo é uma perspectiva nova, que começa a ser materializada na sua intermediação direta com a formação de professores (a) do campo por meio do Programa Escola da Terra da UFAM, recebendo em 2021 o primeiro curso de aperfeiçoamento voltado esse debate e luta coletiva, e em 2022 com o curso de especialização Educação do Campo práticas pedagógicas.

São Sebastião do Uatumã é um município do Estado do Amazonas, região Norte, possuindo uma área territorial de 10. 647. 463 km<sup>2</sup> e situa-se a 247 km da capital Manaus, tendo uma população estimada pelo Censo 2022, de 11.670 habitantes (IBGE, 2023).

**Figura 01** - Localização do município de São Sebastião



**Figura 02** – Vista da frente da cidade



**Fonte:** Departamento de Gestão do SUAS – DGSUAS, 2021. **Fonte:** Gláucio (2023).

Em 1880, foi criada a freguesia o município de Urucará, somente em 10 de dezembro 1981, pela Emenda constitucional n.º 12, São Sebastião e territórios adjacentes da margem esquerda do rio Uatumã são desmembrados de Urucará, passando a construir-se em um município autônomo, incorporando o distrito de Santana, em 2015. (Nascimento, Souza e Borges, 2022).

A economia deste município é mobilizada pela produção agropecuária de bovinos e suínos com produção de carne e leite, cultivo do guaraná e mandioca; atividades pesqueiras para consumo da população local e municípios vizinhos; extração vegetal e manejo do tucumã; comercio local e indústrias (supermercados, marcenarias, padarias, carpintaria,



estaleiros, serrarias, marcenarias<sup>3</sup>), serviço público, além dos projetos sociais do Governo Federal e/ou Estadual.

Esse município possui 20 comunidades rurais/camponesas distribuídas nos pólos Maripá, Uatumã, Jatapú e Distrito de Santana. Algumas são beneficiadas pelo Linhão de Tucuruí, possuem energia elétrica, água encanada ou bomba de água, outras ainda não têm energia e dependem da água do rio ou poços.

Na particularidade deste território está a unidade da diversidade do camponês amazônico da várzea e terra firme, formado por agricultores, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, coletores, dentre outros, que por sua vez apresentam singularidades próprias no contexto de águas, terras e florestas.

As comunidades compõem-se por camponeses que residem no local ou por aqueles que vivem próximos, na maioria das vezes são grupos formados por famílias e vizinhos que compartilham dos mesmos modos de vida, atividades produtivas, de trabalho, práticas econômicas e socioculturais. Para Silva e Silva (2021), as relações de vizinhança, de parentesco e o sentimento de pertencimento ao lugar são particularidades que evidenciam o sentimento e a identidade dos povos que habitam as comunidades da Amazônia.

Nesses territórios rurais/camponeses existem escolas municipais, embora nem sempre em condições materiais e pedagógicas voltadas à realidade do campo amazônico. Há comunidades que não têm unidades básicas de saúde (UBS), entretanto possuem um (a) agente de saúde e uma “ambulancha<sup>4</sup>” que ficam à disposição do polo, recebendo uma vez ao mês a UBS fluvial, isto é, quando há condições climáticas para chagar até as comunidades.

Nas comunidades há presença de igrejas católicas e evangélicas, são realizadas festas dos santos padroeiros e manifestações folclóricas da região, além do futebol feminino e masculino como principal atividade de esporte e lazer praticado nas comunidades. E para deslocamentos até as comunidades é necessário utilizar as hidrovias, pessoas e suprimentos chegam ou saem das comunidades, ou de seus arredores, pelos trechos de navegação, em condições climáticas adequadas.

---

<sup>3</sup> As marcenarias, juntamente com os estaleiros, são localizadas no polo moveleiro, afastados do centro urbano, onde são desenvolvidos trabalhos artesanais e industriais, feito com madeira, de criação de mobiliário e determinados objetos de decoração interiores.

<sup>4</sup> Lancha que presta o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência com os serviços de resgate, urgência e emergência de comunidades rurais/camponesas da Amazônia.

São Sebastião do Uatumã conta com 4 escolas estaduais de nível fundamental e médio que ofertam também as modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio mediado por Tecnologia, e 23 escolas da rede municipal de educação de Ensino Fundamental I e II distribuídas entre a zona urbana e rural do município, e 1 Centros de Educação Infantil. E no que se refere à totalidade das escolas do campo, estas são 19, atendendo à Educação Infantil, Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), como exhibe o quadro 01:

**Quadro 01** - Localização e quantitativo de escolas do campo em São Sebastião/AM

Localidade/Polo	Nome da comunidade	Nome das Escolas	Quantidade
Jatapú	São João do Lago da velha Bom Jesus Arara São João do Cucuiá 1/Bió São João do Cucuiá 2/Praia São Raimundo Nonato Leandro Grande Nova Canaã	Escola M. São João do lago da Velha Escola Municipal Bom Jesus do Angelim. Escola Mun. Profª Raimunda das Graças Escola Municipal Maria Rodrigues Escola Municipal São João do Cucuiá Escola Municipal Profª Beto Sarrazin Escola Municipal Fernando Falabella Escola Municipal Nova Canaã	08
Maripá	Igarapé Açú Santa Etelvina Santa Helena Nova Jerusalém	Escola Municipal Custódio de Souza Escola Municipal Machado de Assis Escola Municipal Santa Helena Escola Municipal Nova Jerusalém	04
Santana	Distrito de Santana	Escola Municipal Drieli Braga em Santana	01
Uatumã	Cubucá Caranauacá Deus nos ajude Nossa Srª do Livramento Santa Luzia Santa Helena do Abacate	Escola Municipal Jorge Amado Escola Municipal Carauacá Escola Municipal Betel Escola M. Nossa Srª do Livramento Escola Municipal Santa Luzia Escola Municipal Vila do Abacate	06
<b>Total</b>			19

**Fonte:** SEMED/SSU (2023).

A organização das escolas do campo obedecesse ao sistema de organização multisseriado unidocente, com classes multisseriadas e seriado de educação. Nos polos Jatapú, Maripá, Uatumã, as escolas são Unidocente e com classes multisseriadas.

As escolas multisseriadas unidocentes materializam-se pela junção de estudantes de diferentes níveis de aprendizagem e ano escolar distinto, agrupados em uma única classe, sob a responsabilidade de um (a) único (a) professor (a). Já as escolas com classes multisseriadas pluridocentes são as que possuem mais de uma turma multisseriada numa mesma escola, geralmente têm mais de um (a) professor (a) atuando.



Nesse processo, é importante mencionar que a maioria das escolas do campo multisseriadas, são escolas “pequenas, em locais de difícil acesso e conta com baixa densidade populacional; com apenas um professor, todas as séries estudam juntas numa mesma sala de aula”. (D’Agostini, Taffarel e Santos Júnior, 2012, p. 315). No município estudado, essas escolas estão em comunidades distantes da sede do município, onde os (as) professores (a) residam na própria localidade ou nas proximidades. Não possuem gestor (a) ou pedagogos (as) escolares, sendo geralmente a equipe da Secretaria de Educação, responsável por fazer o acompanhamento administrativo e pedagógico das escolas.

Em geral, Haje (2011) afirma que são escolas em grande maioria localizadas em pequenas comunidades rurais/camponesas afastadas das sedes dos municípios, as quais a população atendida não atinge um contingente populacional definido pelas secretarias de educação para formar turmas seriadas.

As escolas multisseriadas no Estado do Amazonas, e mais especificamente de São Sebastião do Uatumã, seguem essas características, o que implica em dificuldades na contratação de professores (as) e no deslocamento até as escolas. Na Amazônia Uatumãense, apesar da predominância das escolas multisseriadas, no geral essas escolas têm problemas comuns, isso perpassa pelo que Haje (2014, p. 1174) aponta como,

[...] os fatores que interferem na qualidade da educação e fortalecem o descrédito que se atribui às escolas rurais multisseriadas, em primeira instância se destaca a precariedade dos prédios escolares, as longas distâncias que os estudantes e docentes percorrem no deslocamento até a escola e as condições de transporte inadequadas, a sobrecarga de trabalho docente através de múltiplas funções desempenhadas e a instabilidade no emprego, a falta de acompanhamento das secretarias municipais de educação, a permanência do trabalho infantil, a vulnerabilidade da escola e dos docentes às interferências do poder local, o avanço da política de nucleação vinculada ao transporte escolar e o fechamento das escolas, o currículo e os materiais pedagógicos pouco identificados com a realidade do campo... Em fim, múltiplas questões que impactam na identidade da escola e na organização do trabalho pedagógico, resultando no fracasso escolar dos sujeitos do campo.

Quanto ao Distrito de Santana, a escola Drieli Braga obedece ao sistema seriado de educação, atendendo da Educação Infantil, Ensino Fundamental II e EJA, contando com 10 professores (a), 1 pedagogo, 1 gestor, 2 merendeiras, além de programas do PDDE.

Em sua maioria, as escolas localizadas no campo deste município seguem o padrão da Secretária Municipal de Educação, tendo sua estrutura arquitetônica formada por 01 ou 02 salas de aula, 01 cozinha, 02 banheiros, sendo um masculino e outro feminino. A maioria foi reformada no ano de 2022, recebendo o mesmo padrão de estrutura e pintura (figura 03), sendo que somente a Escola Municipal de Santa Helena não segue o mesmo padrão (figura 04).

**Figura 03** - Escola Municipal Professor Custódio de Souza



**Fonte:** Cantel (2023).

**Figura 04** - Escola Municipal de Santa Helena



**Fonte:** Anjos (2023).

Das escolas do campo localizadas no polo Maripá, todas as 04 estão em bom estado físico, no entanto, somente a escola Professor Custódio de Souza é climatizada. A escola de Santa Helena que está aguardando reforma não é climatizada, embora na comunidade de Santa Helena tenha energia elétrica. Quanto à escola municipal Machado de Assis da comunidade do Bacabal e à escola Municipal Nova Jerusalém da comunidade Nova Jerusalém, estas funcionam sem energia elétrica. Isso coloca em xeque o caráter das políticas públicas que nem sempre têm chegado ao campo.

No polo Uatumã, das sete escolas, nenhuma é climatizada, embora estejam em boas condições físicas, algumas já passaram por reformas, como é o caso da Escola do Leandro Grande. No polo Jatapú nenhuma é climatizada, dentre elas citamos a Escola Beto Sarrazin que também já passou por reforma em 2022. Já o Distrito de Santana, por sua vez, só possui apenas uma escola que já passou por reforma e tem todas as suas salas de aulas climatizadas.

Esse panorama revela as especificidades e singularidades que permeiam as escolas do campo da Amazônia Uatumãense. De modo geral, são escolas que não possuem Projeto Pedagógico (PP) desenvolvido, não possuem propostas curriculares/pedagógicas próprias e seguem o mesmo calendário das escolas da cidade.

Nesse contexto, é importante enfatizar que os estudantes dessas escolas localizadas no campo uatumãense precisam e dependem da política do transporte escolar para os trajetos casa-escola-casa pelos rios da Amazônia Uatumãense. A escola Professor Custódio de Souza, por exemplo, recebe estudantes da comunidade do Igarapé Açú, que dependem do transporte escolar.

**Quadro 02** - Quantitativo de estudantes que precisam de transporte escolar nas escolas do campo

ÁREA/POLO	N DE ESTUDANTE QUE PRECISAM DO TRANSPORTE ESCOLAR
Jatapú	102
Maripá	37
Santana	03
Uatumã	99
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>241</b>

**Fonte:** Censo Escolar da SEMED/SSU (2023).

O transporte escolar das escolas do campo são botes de alumínio ou barcas de madeiras com motor rabeta<sup>5</sup>; não há segurança durante a condução dos estudantes pondo em risco, a integridade física dos estudantes do campo, pois nenhum dos transportes possuem coletes salva-vidas, o que é preocupante principalmente durante as cheias dos rios amazônicos. Sobre isso, Prata, Souza e Leite (2023) afirmam que a segurança do transporte escolar na Amazônia é necessária principalmente com os fenômenos da natureza que se encontram em constantes mudanças. Entretanto, infelizmente alguns transportadores escolares não dão tanta importância pela segurança das embarcações que transportam os estudantes, o que precisa ser revisto urgentemente pela política do transporte escolar.

3046

O transporte escolar das escolas do campo de São Sebastião assim com a totalidade das escolas campesinas brasileiras e amazônicas, acontece em meio as contradições do que determina as leis e diretrizes e o que efetivamente acontece na realidade concreta, ou seja, o conteúdo na sua aparência é totalmente contraditório a forma da essência que materializa o transporte escolar no campo amazônico.

O transporte escolar é um direito garantido na Constituição Federal, embora no meio rural ou em locais de difícil acesso o direito à escola depende do cumprimento de outra obrigação: a oferta de transporte escolar, sendo a condição básica para que o aluno possa estudar (Dias, 2015).

O problema do transporte escolar se agrava com as situações de seca ou vazante extrema, o que obriga os estudantes a andarem vários quilômetros para chegar à escolar, como apresentaremos no tópico subsequente.

<sup>5</sup>Pequeno motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções

## Os impactos da seca para no trabalho docente e no acesso dos estudantes às escolas do campo

Para analisar a realidade, apresentamos inicialmente o perfil das professoras entrevistadas que responderam sobre os impactos da seca no trabalho docente e no acesso dos estudantes às escolas do campo. Dessa forma, o quadro 03 nos permite caracterizar o perfil profissional das docentes.

**Quadro 03** – Perfil das professoras entrevistadas

Professora	Idade	Formação Inicial	Tempo de atuação na docência	Tempo de atuação em escolas do campo	Forma de ingresso no trabalho
<b>Flor do Araçá</b>	47 anos	Magistério e Licenciatura em Letras e Especialização em Língua Portuguesa	2 anos e 6 meses	2 anos e 6 meses	Processo seletivo
<b>Vitória-Régia</b>	43 anos	Magistério, graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental, e Especialização em Literatura e Língua Portuguesa	2 anos e 6 meses	2 anos e 6 meses	Processo seletivo
<b>Maní</b>	44 anos	Magistério e Normal Superior	25 anos de trabalho	anos de educação do Campo	Efetiva por concurso público

3047

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2023.

O perfil das profissionais evidencia que, em sua maioria, advêm de processo seletivo, ou seja, são contratadas para o período letivo e possuem formações distintas. Vale ressaltar que todas as professoras entrevistadas estão cursando a Especialização Educação do Campo, práticas pedagógicas do Programa Escola da Terra UFAM (2022-2023).

Assim, o cenário atual das escolas do campo na Amazônia Uatumãense está imbricado com as situações concretas e os impactos do fenômeno da estiagem na região amazônica, que ocorre geralmente entre os meses de junho a novembro, sendo seu pico nos meses de outubro e novembro. Esse cenário revela a essência e as contradições da precarização do trabalho docente, das escolas do campo e do transporte escolar em áreas rurais/camponesas.

Nas comunidades do Rio Uatumã, a seca dos rios veio acompanhada das queimadas em grandes proporções, a fumaça poluindo o ar e os pulmões das populações, causando dificuldades respiratórias principalmente para as crianças e os idosos. Nestes termos, as entrevistadas se posicionaram sobre o fenômeno da seca histórica em suas comunidades.

No ano de 2023 foi histórica devido a estiagem. Tá muito seco, uma parte areia a outra lama, dificulta também a chegada dos professores até a comunidade. (Professora flor de Araçá, novembro de 2023).

É diferente uma da outra, tem ano que seca mais e tem ano que seca menos. Alguns anos seca tudo, deixando apenas o canal, e em outros anos a seca não afeta muito. (Professora Vitória Régia, novembro de 2023)

A seca na comunidade do Igarapé Açu sempre foi normal, secava, mas dava de chegar de embarcação até a comunidade, neste ano de 2023, foi uma das piores e secou completamente o igarapé, ficou somente. Fica totalmente seco, esse ano foi mais difícil, pois foi uma das piores (Professora Maní, novembro de 2023).

As respostas das professoras demonstram as condições em que as comunidades da Amazônia Uatumãense se encontram durante as secas amazônicas, e as dificuldades de locomoção e o impacto da vida dos camponeses amazônicos. Sendo que, para as entrevistadas, a maior dificuldade enfrentada nesse período tem relação com a alimentação, o transporte e o acesso às escolas onde trabalham.

O transporte, e o alimento porque os peixes ficam tudo fora e é muito longe para pescar. (Professora flor de Araçá, novembro de 2023).

De chegar até a escola (Professora Vitória Régia, novembro de 2023).

No período de seca há muita lama, que impede de andar, pois atola muito. (Professora Maní, novembro de 2023).

Para sair da comunidade durante a seca e chegar à cidade para fazer as formações do Escola da Terra ou resolver questões relacionadas à escola, as entrevistadas mencionaram que isso acontece em meio a muitas dificuldades.

Com muita dificuldade, são 2h de viagem na cheia e na seca são 6h30, dependendo de quem conhece o canal, para quem não conhece tira muito mais. Eu e meu esposo ele não conhece o canal, saímos daqui 6h da manhã chegamos às 14h. Sofrendo na lama e o sol. (Professora flor de Araçá, novembro de 2023).

Muito difícil, pois só dar pra ir em casqueta de alumínio (Professora Vitória Régia, novembro de 2023).

A distância é considerável. Além de ser praia dá horrores de maruins (Professora Maní, novembro de 2023).

A seca também impactou na situação econômica da comunidade, a entrada de mantimentos, o cultivo das culturas de hortaliças, frutas e grãos; bem como o escoamento da farinha, de outros produtos agrícolas e na criação dos animais, impactando diretamente o trabalho e alimentação dos camponeses uatumãenses que dependem da pesca para sua subsistência, conforme se vê nas respostas a seguir:

Sim, porque fica difícil para eles produzirem seus produtos, pois fica tudo distante para conduzirem para a comunidade, porque tudo é transportado pro rio. (Professora flor de araçá, novembro de 2023).

Sim, pois o escoamento da produção da farinha fica inviável, sendo a principal fonte de renda dos comunitários (Professora Vitória Régia, novembro de 2023.)

Os meses de cheias também trazem outras consequências como a falta de peixes. Mas para a transição de rabetas e barcos com o escoamento de produções é essencial para o povo do campo do Igarapé Açu. (Professora Maní, novembro de 2023).

Nas áreas mais afetadas pela seca, as embarcações não chegam às comunidades, levando comunitários, professores (as) e estudantes a arrastarem seus botes e canoas no canal do rio até chegar às praias dessas localidades, como a comunidade do Igarapé Açu.

No que se refere ao acesso dos estudantes à escola, com as mudanças climáticas, sobretudo com a seca dos rios, alguns estudantes chegavam a caminhar longas distâncias por horas, enfrentando os perigos e risco da região amazônica.

Sim, 60% dos alunos residem na comunidade, 40% são residentes nas expansões da mesma, porém o único meio transporte é hidroviário, bote a rabeta. Bem, em outras secas eles chegam a escola na barca escolar, mas com muita dificuldade, pois eles chagam molhados e sujos de lama, por que eles têm que ajudar a empurra a barca quando encalha (Professora flor de araquá, novembro de 2023).

Sim, mas afeta apenas uma pequena quantidade de aluno, pois a maioria mora dentro da comunidade. Continuam utilizando o transporte escolar mais com bastante dificuldade. Mas tem que andar pelo menos 1km para chegar a escola (Professora Vitória Régia, novembro de 2023).

Sim, como o rio fica muito seco é impossível os alunos chegarem, nas cheias, as crianças chegam na escola de botes de rabeta. Com os rios cheios tudo fica mais fácil. Como o rio fica muito seco é impossível os alunos chegarem. Alguns chegam de bote e rabeta, mas quando seca muito fica muito sofrido, pois eles têm que caminhar 5 km na praia (Professora Maní, novembro de 2023).

Em algumas comunidades, o transporte escolar não parou totalmente, mesmo com dificuldades. Com isso, entendemos que o transporte é fundamental nas escolas do campo, pois representa o meio mais apropriado de ter acesso à escola para muitos estudantes. Percebemos que o acesso à escola do campo é permeado por desafios e dificuldades, seja durante a cheia, seja principalmente na seca dos rios, sendo que a política do transporte escolar não consegue responder à totalidade das demandas dessa realidade (Prata; Souza e Leite, 2023).

Nas comunidades do campo uatumãense, as dificuldades não se limitam ao acesso dos estudantes à escola, mas estenderam-se também na entrega da merenda escolar e materiais didáticos nas escolas do campo.

Vem na barquinha da escola, por ela ser de alumínio se torna mais fácil para empurrar quando encalha. (Professora flor de araquá, novembro de 2023).

A merendo e os materiais vem através de casqueta com motor rabeta e carregampela praia (Professora Vitória Régia, novembro de 2023).

No lombo dos comunitários, ou seja, eles carregam quilômetros os materiais nos ombros (Proessora Maní, novembro de 2023).

Durante as vivências do segundo tempo comunidade do curso de especialização do Escola da Terra da UFAM, observamos que os (as) professores (a) e estudantes tinham que andar mais de quatro quilômetros para chegar na escola, e como havia muita lama, ficavam



atolados e carregavam os botes em alguns trechos do canal do rio. Os materiais e a merenda escolar que tinham que chegar na escola eram carregados em sacas nos ombros dos moradores.

**Figura 5** - Comunitários carregando a merenda escolar



Fonte: Cantel (2023)

**Figura 6** - Igarapé Açú na seca durante o mês de outubro



Fonte: Cantel (2023).

A seca de 2023 na Amazônia Uatumãense afetou diretamente o processo de aprendizagem dos estudantes das escolas do campo, principalmente para os que não residem nas comunidades onde estão as escolas, pois os estudantes que tinham que acordar muito cedo, não conseguiam se alimentar em casa e chegavam muito cansados as escolas.

3050

Para os alunos que não reside na comunidade, pois dificulta a ida deles a escola, porque o barqueiro tem que sair as 4h para poder chegar as 07:30 hs e com isso eles não tomam café em casa acordam muito cedo ajudam empurrar a barquinha e com isso ele chegam esgotado e muito com sono. (Professora Flor de Araçá, novembro de 2023).

Os alunos chegam muito cansados, pois a distância que eles andam até chegar a escola é grande, parte pela areia e parte pela lama. (Professora Vitória Régia, novembro de 2023).

Sim, eles esquecem muita coisa, chegam cansados. A aula é paralisada. (Professora Maní, novembro de 2023).

Assim, fica evidente que a subida e descida dos rios da Amazônia impactam diretamente na aprendizagem dos estudantes. E como na Amazônia “o rio comanda a vida”, e as condições de seca extrema têm se tornado cada vez mais frequentes (Borba e Nobre, 2013), é preciso que as políticas públicas considerem a particularidade e singularidades dos contextos onde as escolas do campo estão inseridas.

Em São Sebastião do Uatumã não há um calendário para as escolas do campo que seguem o calendário da zona urbana, entretanto as entrevistadas de modo unânime enfatizaram a importância de um calendário escolar específico, que considere realidade climática e ambiental

amazônica para não haver o abandono do campo.

Seria muito bom um calendário específico, que não precisaria paralisar as aulas no período da seca. (Professora Flor de Araçá, novembro de 2023).

Eu penso que o calendário tem que ser específico para a escola do campo, porque outra realidade da zona urbana, ai hoje só é um calendário, tem que ter um específico para a escola do campo (Professora Flor de Araçá, novembro de 2023).

O calendário específico seria uma solução para as áreas mais afetadas pela seca. Principalmente para as escolas do rio Maripá (Professora Maní, novembro de 2023).

Importante enfatizarmos que o poder público já poderia ter pensado num calendário escolar diferenciado da cidade, pois conforme expressam os artigos 23 e 28 da LDB - Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996,

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2 O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei (Brasil, 1996).

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Essas legislações são fundamentais, pois dão subsídios para a construção e elaboração do calendário escolar das escolas do campo com a participação da classe trabalhadora camponesa, pois o calendário deve atender às necessidades que demandam do campo.

Em algumas escolas do campo de São Sebastião do Uatumã, as aulas tiveram que ser paralisadas de forma imediata, em outras escolas continuou de forma remota para os estudantes que ficaram isolados pela seca. Sendo que os (as) professores (as) cabiam a responsabilidade de levar atividades impressas nas casas dos estudantes para que estes pudessem acompanhar as atividades.

60% que reside na comunidade estudam presencial os 40% que residem fora nós professores trabalhamos aula remota, levamos com muita dificuldade as atividades até eles (Professora flor de Araçá, novembro de 2023.)

São paralisados (Professora Vitória Régia, novembro de 2023). Paralisadas (Professora Maní, novembro de 2023).

Outra possibilidade para esse contexto é a implantação da Pedagogia da Alternância,

que por meio do tempo escola e tempo comunidade, poderia ser uma estratégia de organização das escolas do campo na Amazônia que sofrem todo ano com as questões climáticas.

Como a estiagem foi muito forte no município, a Prefeitura Municipal e a Secretaria municipal de educação no mês de outubro realizou duas assembleias com os (a) professores (as), merendeiras, barqueiros (as) de todas as escolas do campo, com a participação das comunidades em geral e representantes do poder legislativo na Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã para saber sobre a situação da seca nas comunidades.

No primeiro momento, a decisão foi continuar as aulas, porém, com a seca intensa, foi decidido e decretado a paralisação presencial das aulas e finalizar o ano letivo. No entanto, no polo Jatapú ficou decidido em assembleia que os (as) professores (as) entregariam atividades impressas para os estudantes. Em um relato informal durante o curso de especialização Educação do Campo práticas pedagógicas da UFAM, uma docente relatou que quase foi atacada por um jacaré, durante o percurso até as casas dos estudantes.

Por fim, as professoras entrevistadas relataram o impacto da seca no desenvolvimento do trabalho docente nas escolas que atuam.

Os impactos foram grande, pois se tratando do transportes para locomoção até a comunidade, o professor se tornou vulnerável as ações naturais e até mesmos as agressões dos animais a qual nós estávamos expostos, não deixando de mencionar as queimadas das ações do homem provocando poluição no ar (fumaça). (Professora Flor de Araújo, novembro de 2023.)

O principal impacto que os professores enfrentam, é como chegar até a comunidade, pois enfrentamos sol, lama arrastando bote, areia quente, maruim e outros. Fora a distância que temos que andar. Por isso ficamos esgotados, sentindo náuseas e dores de cabeça, com isso as aulas ficam cansativas para nós professores (Professora Vitória Régia, novembro de 2023).

Prejudica muito, pois todo planejamento, metas e objetivos ficam sem serem realizados, mesmo com medidas emergências como aulas remotas com entrega de trabalhos e atividades, a presença de um professor é fundamental para uma aprendizagem significativa para o aluno. Eu como educadora me senti frustrada com uma sensação de incapacidade por não poder fazer, mas para meus educandos. Infelizmente com a natureza não medimos força, aqui na região Amazônica ela é soberana e rege o rumo das águas e da vida. A comunidade tem ciência sobre todo esse movimento de inviabilidade da chegada dos alunos até a escola, eles entendem, mesmo tristes eles concordaram com a paralisação, as crianças estavam sofrendo com as dificuldades de locomoção, quentura e cansaço. Os pais chegaram ao consenso de paralisação. Esperançosos que no próximo ano letivo medidas sejam tomadas, como um calendário antecipando o início das aulas e abreviando o fim de ano letivo. A Escola Municipal Professor Custódio de Souza, na comunidade do Igarapé Açu, rio Maripá. Tem uma especificidade, que não é uma comunidade física com muitas casa e moradores na sede, os moradores se distribuem ao longo de 3 igarapés e a escola atende os alunos desses igarapés. Igarapé do Raimundo, igarapé do Ouvidor e igarapé Açu. Atende 23 alunos desde a Educação Infantil até o nono ano do Fundamental II. A escola tem avançado muito, a comunidade mudou e tem uma vida ativa. E a seca veio acabando com toda uma vida social. Esperamos que

esse ano de 2024 seja atípico e que tudo volte logo a sua normalidade.(Professora Maní, novembro de 2023).

De modo geral, as professoras relataram que a seca, agravada pelas nuvens de fumaça intensa, impactou o planejamento do trabalho docente, o acesso à escola, o calendário escolar e a própria saúde das docentes.

Com isso, podemos perceber que os impactos ambientais afetam principalmente os moradores do campo, que enfrentam suas lutas para se manter enquanto classe e também pela educação de seus filhos. Contudo, a luta por uma Educação no/do Campo socialmente de qualidade, que dialogue com a realidade camponesa, se articula com a luta no enfrentamento dos desafios causados pelos fenômenos da natureza e pelo impacto direto do modo de produção capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o impacto da seca histórica para as escolas do campo da Amazônia Uatumãense, na perspectiva do materialismo histórico-dialético sob a tríade universal, particular, singular.

A pesquisa bibliográfica a partir dos escritos de autores como Arroyo, Caldart e Molina (2011), Caldart (2012), Marx (2011, 2017), Bernardes e Molina (2004), Haje (2014), D'Agostini, Taffarel e Santos Júnior (2012), Arroyo, Caldart e Molina (2011), Meszáros (2008), Nascimento, Souza e Borges (2022), Prata; Souza e Leite (2023), Borges e Souza (2021) dentre outros, permitiram compreender que a Educação do Campo é um projeto revolucionário da classe de vive do trabalho no campo para além da lógica do capital e por isso, a necessidade da luta pela escola do campo e pela compreensão de que o sistema capitalista com sua lógica perversa e desumanizadora esgota as forças produtivas do homem e da natureza.

Os resultados da pesquisa apontaram que na Amazônia Uatumãense existem 19 escolas do campo cuja organização é multisseriada unidocente, com classes multisseriadas e seriada, e estão localizadas em territórios rurais/camponeses.

Nesses contextos, 241 estudantes dependem da política do transporte escolar, embora essa política ainda não se materialize com segurança e qualidade. Com a seca extrema na região, houve impactos nas escolas do campo de São Sebastião. Entre esses impactos estão, as dificuldades de acesso dos (as) estudantes e professores (as) as escolas, dificuldades da entrega da merenda escolar, impacto no processo de aprendizagem, no planejamento e

no trabalho docente, além da paralisação das aulas presenciais e finalização do ano letivo de 2023.

As comunidades e os (as) camponeses também foram impactados pela estiagem, a alimentação ficou escassa e o escoamento da produção agrícola, principalmente da farinha, ficou inviável. Associada a essa realidade de falta de água, a população ainda sofreu com as queimadas e as fumaças.

Desse modo, defendemos a importância da luta pelas escolas do campo no território rural/camponês de São Sebastião do Uatumã, o calendário escolar específico e políticas públicas que permitam condições de funcionamento e acesso de professores (as) e estudantes às escolas. Ou a implantação da Pedagogia da Alternativa, que por meio do tempo escola e tempo comunidade, poderia ser uma estratégia de organização das escolas do campo nesse território.

Todavia, concluímos que é necessário lutar contra as políticas públicas hegemônicas e propostas neoliberais que ainda não consideram a realidade geográfica, ambiental, territorial e a regionalidade amazônica, nas quais as escolas do campo estão inseridas.

## REFERÊNCIA

3054

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BORGES, Heloiza da Silva, DUARTE, Ana Cristina Santos (org.). **Políticas Públicas, cidadania e Educação de Jovens e Adultos do campo**. 1ª ed. Manaus, valer, 2011.

BORGES, Heloisa da Silva; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **Trabalho e Educação do/no Campo: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica**. Manaus. FUA, 2016.

BORGES, Heloisa da Silva; SOUZA, Érica de Souza. Os movimentos sociais na construção das políticas de formação de educadores/as do campo. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 61, p. 68-84, 2021.

BORMA, Laura de Simone, NOBRE, Carlos Afonso; **A seca na Amazônia causas e consequências**; São Paulo; Oficina de textos; 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 9. Nov, 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; FRIGOTTO, Paulo Alentejano Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo:

Expressão Popular, 2012. p. 257-264.

DIAS, Sandra Henrique. Crianças do campo: realidade em estudar em uma escola urbana no Município de Sinop-Mato Grosso. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 2, p. 218-230, 2015.

D'AGOSTINI, Adriana. **A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas**. Educação. Santa Maria [online]. 2012, vol.37, n.03, pp.453-467. ISSN 1984- 6444.

D'AGOSTINI, Adriana; TAFFAREL, Celi Zulke; SANTOS JÚNIOR, Claudio de Lira. Escola Ativa. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo;FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Monica Castagna (org.). Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-31.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação no campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Por uma Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. p. 32-54.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1165-1182, 2014.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Por uma Educação do Campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. Em Aberto, Brasília, v. 24. N85, p 97-103, abr. 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade de São Sebastião do Uatumã**. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-sebastiao-do-uatuma/panorama>. Acesso em 18 de Nov, 2022.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**; tradução Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. MÉSZÁROS, Istevá. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 324-330.



NASCIMENTO, Gabriel Rodrigues; SOUZA, Érica de Souza; BORGES, Heloisa da Silva. Escola da Terra no município de São Sebastião do Uatumã/AM: desafios na pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 7, p. e13836, 2022. DOI: 10.20873/uft.rbec.e13836. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/13836>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed.- São Paulo. Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, João Junior Bonfim Joia; FRANCIOLI, Fátima Aparecida de Souza. Materialismo histórico-dialético: Contribuição para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico- Crítica. **Londrina**, v. 3, n. 2, p. 93-101, dez. 2011.

PISTRAK, Moisey M. **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PRATA, Bruna dos Santos, SOUZA, Érica de Souza, LEITE, Eulina Maria Nogueira. O transporte escolar nas rodas de conversa do FOPINECAF: Desafios de acessos á estudantes às escolas do campo. **Revista Linguagem, Educação sociedade-LES**. V,27, 2023.

SILVA, Ricardo Gibson da Costa, SILVA, Elisane Pereira. **O lugar e a várzea amazônica: os espaços cotidianos do camponês amazônico**. Ciência Geográfica, Bauru-Vol. XXV, 2021.